

AGROECOLOGIA E VALORIZAÇÃO DE NOVAS DIMENSÕES NO PROCESSO DE REFORMA AGRÁRIA: estudo de caso do acampamento José Lutzenberger¹

Ricardo Serra Borsatto²

Sonia Maria Pessoa Pereira Bergamasco³

Silvana dos Santos Moreira⁴

Nilce Nazareno da Fonte⁵

Lourival de Moraes Fidelis⁶

Michelle Melissa Althaus Ottmann⁷

1 - INTRODUÇÃO

A partir de seu IV Congresso Nacional realizado em 2000, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), traz para o centro de seus debates a discussão sobre a “organização dos assentamentos” (MST, 2000). Isso ocorre devido à percepção de que era necessário aprimorar o modelo de assentamento realizado até então, que se caracterizava por priorizar, notadamente, durante a implantação, as dimensões ligadas ao trabalho e à produção - constatável pela distribuição de lotes fechados destinados à tutela e exploração exclusiva pela

família beneficiada - modelo esse que acabava por priorizar os aspectos econômicos da existência e relegava a um segundo plano às outras dimensões da vida.

As conseqüências dessa forma de organização levaram as famílias a se isolarem nos seus lotes, reduzindo a convivência e a participação das pessoas na organização da comunidade. Assim, foi colocado em pauta, a necessidade de levar em conta outras dimensões no processo de conformação dos assentamentos rurais, tais como: aspectos sociais, político-organizativos e ambientais, que proporcionassem espaços de convivência social entre as famílias e influenciassem os valores éticos e morais das pessoas (MST, 2000).

Para aumentar a convivência e a participação social, uma das ações propostas foi a organização da moradia de modo a aproximar mais as pessoas. Em algumas regiões do Brasil é possível organizar as agrovilas, ou onde culturalmente não é possível organizar desta forma, faz-se os núcleos de moradia aproximando mais as casas dentro de cada lote, de acordo com a criatividade e disposição da comunidade.

A partir desse debate sobre a “organização dos assentamentos” foram propostas a introdução de práticas sociais que estimulassem novos valores e hábitos. Propôs-se estimular a cooperação seja nos processos produtivos ou na solução dos demais problemas da comunidade. Em relação à destinação da produção, sugeriu-se que esta deveria estar voltada prioritariamente à segurança alimentar da família, garantindo alimentação de qualidade e abundante. Com relação às técnicas produtivas o texto diz:

¹Este artigo discute dados e informações levantados e publicados na monografia de autoria do primeiro autor (BORSATTO, 2007) realizada durante o Curso de Especialização em Educação do Campo e Agricultura Familiar e Camponesa fomentado pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). Registrado no CCTC, IE-34/2007.

²Engenheiro Agrônomo, Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Agronomia, Universidade Federal do Paraná (UFPR) (e-mail: rsborsat@ig.com.br).

³Engenheira Agrônoma, Professora Titular do Programa de Pós-Graduação em Engenharia Agrícola, Faculdade de Engenharia Agrícola (FEAGRI), Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) (e-mail: sonia@agr.unicamp.br).

⁴Engenheira Agrônoma, Especialista em Educação do Campo e Agricultura Familiar e Camponesa (e-mail: silvanasmor@yahoo.com.br).

⁵Farmacêutica, Professora Doutora, Programa de Pós-Graduação em Agronomia (Produção Vegetal) UFPR (e-mail: nilce@ufpr.br).

⁶Engenheiro Agrônomo, Especialista em Educação do Campo e Agricultura Familiar e Camponesa (e-mail: lourivalfidelis@yahoo.com.br).

⁷Engenheira Florestal, Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Agronomia, UFPR (e-mail: michellealthaus@hotmail.com).

“Deveremos estimular a prática agrícola sem a utilização de insumos externo ao lote, sem a utilização dos agroquímicos. Deveremos ao longo dos anos ir ajustando esta forma de produzir, evitando gastar dinheiro com adubos e venenos, com horas máquina, buscando utilizar mais e melhor a mão de obra disponível e desenvolvendo técnicas adaptadas a nossa realidade, evitando de nos intoxicar e de envenenar a natureza. Deveremos abrir para a criatividade da companheirada, produzindo uma nova matriz tecnológica” (MST, 2000, p. 50-51).

No Estado do Paraná, o MST acata com convicção as diretrizes discutidas no IV Congresso Nacional, propiciando aos acampamentos e assentamentos que se formam, a partir dessa data, o esforço em introspectar esse novo modo de organização em sua conformação.

Ao se buscar uma nova matriz tecnológica que auxilie nesse processo, o MST traz para o centro de seus debates a Agroecologia, que se apresenta como uma ciência capaz de propiciar soluções contemplando os anseios acima colocados.

Inicia-se no Paraná, a partir de 2002, a Jornada de Agroecologia, que congrega milhares de produtores rurais assentados ou acampados para discutirem Agroecologia e trocarem experiências sobre práticas agroecológicas. O primeiro encontro foi realizado na cidade de Ponta Grossa, com cerca de quatro mil participantes de diferentes organizações e movimentos sociais do campo e continua a ocorrer anualmente com a presença maciça de agricultores.

Dentro desse contexto, o objetivo deste artigo é estudar uma situação concreta desse novo posicionamento do MST por meio do estudo de caso do acampamento José Lutzenberger. Ao fazer isso, este trabalho levanta e discute quais são as conseqüências da adoção das práticas agroecológicas e das diretrizes propostas no IV Congresso do MST, na luta pelo direito à terra dos agricultores desse acampamento.

Para a consecução dos dados e informações provenientes do acampamento José Lutzenberger aqui discutidos, foram utilizadas técnicas originárias da pesquisa qualitativa, tais como: a observação-participante sistemática, a coleta de histórias de vida e relatos orais, além da aplicação de entrevistas semi-estruturadas junto aos acampados.

2 - UMA BREVE DESCRIÇÃO DO ACAMPAMENTO JOSÉ LUTZENBERGER

Estabelecido em 31 de março de 2004, atualmente, o acampamento José Lutzenberger, vinculado ao MST, abrange uma área de aproximadamente 300 hectares, na localidade do Rio Pequeno, a aproximadamente oito quilômetros, em trecho de terra, da estrada que liga a sede do município de Antonina (PR) à Usina Hidrelétrica Parigot de Souza.

A área do acampamento encontra-se dentro de uma unidade de conservação (Área de Proteção Ambiental de Guaraqueçaba) e também por este motivo, durante os quatro anos - anteriores a ocupação da referida área - em que ficaram acampadas na beira da estrada ou nas terras de posseiros amigos, as famílias desenvolveram e maturaram um plano de manejo para a área, que prioriza o respeito ao ambiente natural e a busca de um modelo mais sustentável e coletivizado de exploração agrícola.

Sendo assim, desde o primeiro dia de ocupação, estabeleceu-se que não seria permitido o uso de quaisquer tipos de agrotóxicos ou fertilizantes solúveis dentro do acampamento. Atualmente, no local é realizado um trabalho contínuo de recuperação ambiental por meio do plantio de espécies nativas, reconstituição da mata ciliar, incentivo à busca de soluções endógenas para os problemas, utilização de recursos autóctones no processo de produção de alimentos e a promoção do plantio de diferentes espécies vegetais para garantir a soberania alimentar das famílias.

A estrutura do acampamento segue o modelo de agrovila, onde cada família ocupa um lote de 40 x 100 metros, onde constroem as suas moradias e estabelecem pequenas hortas com gêneros alimentícios. Existem também dentro da agrovila espaços de convívio social e hortas comunitárias (Figura 1).

O restante da área é destinado à preservação ambiental e para futuras explorações coletivas. Atualmente, nessa área, já existem algumas experiências que seguem os preceitos agroflorestais.

O plano de manejo desenvolvido pelos acampados objetiva o assentamento de 50 famílias, das quais 35 ficarão responsáveis pela produção de alimentos e as 15 restantes estarão envolvidas em processos de beneficiamento, indus-

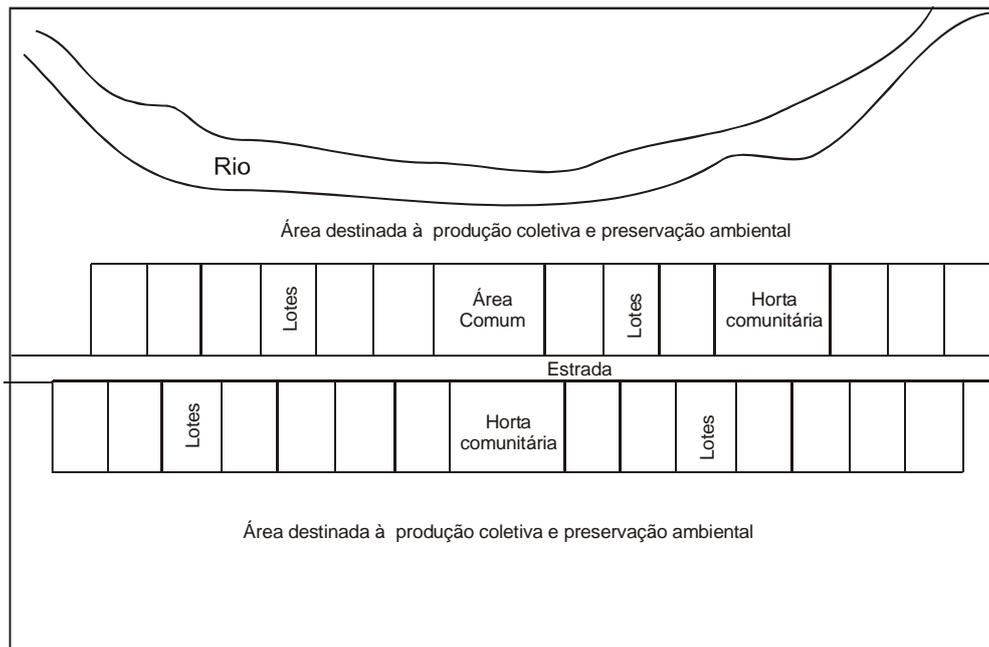


Figura 1 - Crôqui Esquemático do Acampamento José Lutzenberger.
Fonte: Elaborada pelo autor.

trialização e comercialização da produção, formação e capacitação das pessoas e na organização do futuro assentamento.

Nesse plano, também está previsto o desenvolvimento de formas alternativas não poluentes para geração de energia, o manejo sustentável dos recursos naturais, a reciclagem do lixo e outras práticas que visam a sustentabilidade sócio-ambiental do acampamento.

Apesar das perspectivas futuras serem positivas, as famílias acampadas ainda enfrentam dificuldades para garantir a sua sobrevivência.

Como não possuem recursos, equipamentos, nem apoio financeiro, grande parte das atividades é dependente do esforço físico dos próprios acampados, sendo este um dos fatores limitantes da expansão de suas atividades.

Por ser um local onde antes predominava a pastagem, a área onde está o acampamento é coberta por braquiária (*Brachiaria* spp.), que encontra um clima ideal para o seu desenvolvimento (quente e úmido). A retirada da braquiária tem que ser feita com enxada já que é proibido o uso de agrotóxicos e não existe maquinário disponível para auxiliar neste processo. Os barracos também são construídos com materiais disponíveis na região. Praticamente todas as operações de cultivo são realizadas manualmente.

O medo de serem, mais uma vez, expulsos de suas posses também condicionam os acampados a limitarem os seus investimentos na lavoura, pois se isso acontece, terão que deixar para trás todo o trabalho despendido, fato que já ocorreu nesse acampamento⁸.

3 - AS MOTIVAÇÕES DOS ACAMPADOS

Durante o processo histórico de estabelecimento do acampamento houve uma relativa rotação das famílias participantes. Algumas não conseguiram agüentar as pressões e abandonaram o processo, outras novas se juntaram e se mantêm até hoje. Apesar das dificuldades que são enfrentadas para garantir a sua reprodução social - algumas famílias estão há mais de cinco anos morando em barracas, tiveram os seus pertences queimados, enfrentam agressões dos fazendeiros, discriminação da sociedade, dificuldades para cultivar, trabalho árduo e o medo de serem expulsas da terra - muitas ainda se mantêm animadas e esperançosas por um futuro melhor.

⁸Para maiores informações sobre a história desse acampamento recomendamos consultar Borsatto (2007). Há um capítulo específico tratando deste assunto.

Um dos intuitos desta pesquisa foi entender as motivações que essas famílias possuem para enfrentar toda essa adversidade e desenvolver uma produção agrícola convergente com os preceitos agroecológicos.

Pela análise das entrevistas realizadas com os acampados pôde-se constatar que a grande maioria deles, já teve, em algum momento de suas vidas, alguma ligação estreita com a terra.

Parte dos entrevistados é de famílias da própria região; outra de famílias que possuíam terras em outras regiões do Estado. As histórias progressas dos acampados são bastante semelhantes: ou as famílias dos acampados (neste caso, pode-se considerar os antepassados diretos, ou os próprios acampados) foram expulsas de suas terras ou devido às pressões econômicas, as venderam. Algumas se mudaram para as cidades, outras continuaram no meio rural, vagando de posse em posse.

Nas entrevistas apareceram exemplos de acampados que trabalharam durante toda a sua vida em roças da região, tanto para os fazendeiros quanto nas próprias posses, e chegam a esse momento da vida sem nenhum bem. É de fácil percepção o processo de exploração pelo qual essas pessoas passaram, pois muitas vezes os fazendeiros os convidavam para se estabelecerem em suas terras, e quando esses terminavam de derrubar a mata e começavam a cultivar a terra, os mesmos fazendeiros os expulsavam, *“a gente não é de confusão, não gostamos de briga... quando começava a ficar bom, tiravam a gente da terra”* (Entrevistado 4). Esse processo de exploração não é exclusivo do litoral paranaense e se repetiu com grande frequência pelo território brasileiro (RIBEIRO, 2006).

Outros tentaram a vida no meio urbano, em cidades como Paranaguá, Curitiba, São Paulo e agora retornam ao campo. Nas cidades, eles trabalhavam como pedreiros, catadores de papel, marceneiros, diaristas etc. Uma característica marcante desse grupo é que todos viviam de trabalhos esporádicos e tinham que pagar aluguel para garantir a sua moradia.

É comum aparecer a insatisfação com a vida que levavam na cidade, muitos sofreram casos de violência como assaltos à mão armada, outros estavam com medo dos filhos se envolverem com drogas e uma boa parte já não conseguia mais emprego na cidade devido à idade.

Um fato que apareceu em todas as en-

trevistas foi a falta de uma perspectiva de futuro melhor, caso eles continuassem na cidade. Nos discursos aparece com grande constância a reclamação de que, na cidade, só se trabalhava para sobreviver, isto é, pagar o aluguel e alimentar as famílias, mas devido às instabilidades de emprego e renda, a consecução disso já era muito difícil.

Quando perguntados sobre as suas expectativas de futuro, todos os entrevistados demonstraram forte convicção em continuar na terra, pois aparentemente todos os problemas que eles vivenciavam na cidade, não se repetem no campo; o trabalho é estável, existe a garantia de alimentos e não é necessário pagar aluguel.

No âmbito social, também demonstram um maior prazer com a vida no campo. Aumentaram-se e fortaleceram-se os laços de amizade, não existe o problema da violência (a não ser nos conflitos com os fazendeiros, que ultimamente não ocorrem mais), nem das drogas, as crianças podem brincar sem medo e a paisagem é maravilhosa. A percepção dos entrevistados é de que a qualidade de vida atual é muito superior, quando comparada com a da cidade, apesar da precariedade financeira.

Em relação à decisão por seguir um processo produtivo ecológico, coerente com os princípios da Agroecologia, constatou-se que isso não se dá por conta de uma questão mercadológica para atingir um nicho de mercado específico, ou por uma imposição.

Registrou-se, desde os primórdios do acampamento, um processo de conscientização da importância de uma produção que não usasse agrotóxicos e adubos solúveis. Os acampados, ao chegar, já eram informados pelas lideranças do acampamento que naquela área, não era permitido o uso de agrotóxicos e de adubos solúveis, porém esta proibição era acompanhada de explicações sobre os seus motivos, que são de origens políticas, ambientais, sociais, econômicas e éticas.

Outro fator que contribui para a conscientização dos agricultores é que uma boa parte deles participou das últimas Jornadas de Agroecologia.

Verificou-se nas entrevistas que as motivações que levam os acampados a desenvolverem um processo produtivo baseado na Agroecologia, são:

- a) promoção de uma melhor qualidade de vida;
- b) independência nutricional;

- c) conscientização ambiental;
- d) conscientização política;
- e) identificação com lembranças do passado, quando se praticava uma agricultura sem agrotóxicos;
- f) o prazer de produzir alimentos saudáveis, tanto para o consumo familiar quanto para a sociedade.

Segue alguns relatos: “A gente nunca usou agrotóxico nem adubo, sempre plantou sem nada e dava muito” (Entrevistado 4), “Gosto da Agroecologia, é melhor para plantar, para viver” (Entrevistado 5), “O caminho é este, não usaria agrotóxico” (Entrevistado 6), “Vida nossa é a Agroecologia” (Entrevistado 7).

A percepção dos acampados é que o processo produtivo adotado tem trazido mais benefícios do que se utilizassem outro, provavelmente, pela valorização que dão a outras dimensões além da econômica.

Ao serem argüidos sobre se no futuro pretendem continuar com esse modelo de produção, todos os entrevistados foram unânimes em responder positivamente, e alguns relataram os seus desejos: “Pretendo ter [na propriedade] o que precisar, ter roça de arroz, feijão, ter de tudo, se produzir de tudo, animais, plantas, ter engenho de cana, assim como era na propriedade do meu pai quando eu era criança” (Entrevistado 1), “Eu quero criar os meus filhos aqui, cuidar do ambiente” (Entrevistado 8), “Aumentar a produção, construir uma casa de farinha, tanque de peixe, ficar por aqui” (Entrevistado 8), “Construindo o futuro, viver em uma comunidade sem violência, com perspectivas de crescimento, ficar aqui produzindo agroecologicamente” (Entrevistado 6).

4 - RELAÇÕES MERCANTIS DOS ACAMPADOS

Durante as entrevistas foram realizadas perguntas que tinham como intuito compreender as relações econômicas e mercantis presentes no acampamento José Lutzenberger. Para tanto, foram analisados quatro fatores:

- entradas de insumos “externos” nos processos produtivos;
- destinação da produção;
- origem dos alimentos consumidos pelas famílias;
- fontes de renda dos acampados.

4.1 - Entradas de Insumos nos Processos Produtivos

A grande maioria dos insumos utilizados nos processos produtivos do acampamento é autóctone, isto é, originários do próprio acampamento.

Não se usa adubo solúvel, sendo em seu lugar utilizado a braquiária que é carpida e está presente em grande quantidade no acampamento; utilizam-se também adubos verdes como mucuna-anã (*Mucuna deeringiana*) e feijão de porco (*Canavalia ensiformis*), com menor frequência, o esterco animal e outros restos vegetais.

As pragas e doenças são controladas por rotações de culturas, consorciação, plantio de variedades adaptadas ao clima e ao solo da região e outros métodos culturais. Não se utilizam agrotóxicos.

As sementes e mudas são, em sua maioria, produzidas ou obtidas no próprio acampamento, dando-se preferência para a utilização de sementes crioulas. A exceção ocorre com as sementes de hortaliças, onde em alguns casos são utilizadas sementes orgânicas compradas.

O trabalho em grande parte é manual, à base de enxada, foice e outros instrumentos agrícolas, sendo esporadicamente utilizados um micro trator Tobata e uma roçadeira à gasolina, que são alugados por dia de alguns posseiros vizinhos.

Em geral, foi possível constatar uma grande independência de recursos externos, fato que ocorre em grande parte pela adoção de princípios agroecológicos nos processos produtivos e também, principalmente, em relação ao trabalho manual de cultivo, pela falta de recursos monetários dos acampados.

4.2 - Destino da Produção

Todos os lotes ocupados do acampamento possuem uma exploração agrícola diversificada, possuindo em geral mais de oito espécies vegetais cultivadas, sendo a maioria constituída de gêneros alimentícios, tais como: mandioca, banana, feijão, batata-doce e hortaliças.

Por serem cultivados em áreas pequenas, e com alta dependência de trabalho manual, os produtos são prioritariamente destinados para

a alimentação das próprias famílias acampadas. Dependendo do entrevistado, havia relatos onde esse índice variava de 90% a 100%.

Atender as demandas alimentares de suas próprias famílias é prioritário para todos os entrevistados. Esta prioridade, destinada à segurança alimentar da família, condiciona todo o processo de exploração agrícola, priorizando a diversidade de cultivos e influenciando as espécies escolhidas. Devido a isso a comercialização, via mercado, é relegada a um segundo grau de prioridade.

Os modelos de comercialização do excedente produtivo destinado ao mercado variam bastante, esses produtos em sua maioria são comercializados diretamente pelos próprios acampados, semanalmente, em uma feira na cidade de Antonina, ou em eventos esporádicos onde os acampados expõem os seus produtos. Outra pequena parte é esporadicamente comercializada em conjunto com outros agricultores da região que entregam seus produtos no CEASA de Curitiba. Atualmente, em conjunto com os posseiros da região, alguns produtos são destinados às compras institucionais da prefeitura de Antonina (escolas, creches e refeitórios), por meio do programa "Compra Direta".

Majoritariamente, os produtos destinados à comercialização são previamente industrializados (compotas de frutas, conservas de legumes, farinha de mandioca etc.), fato que gera uma renda maior para os acampados, com a agregação de valor ao produto.

Diversas afirmações expostas durante as entrevistas demonstraram que o intuito dos acampados não é produzir alimentos para atender a um nicho específico do mercado, e sim produzir alimentos saudáveis para o povo em geral, principalmente, para os mais pobres, com preços acessíveis. Para isto, desenvolvem contatos para participar de feiras em bairros mais pobres de Antonina. Como disse uma das lideranças: "*É o povo alimentando o povo*".

4.3 - Origem dos Alimentos Consumidos pelas Famílias

Apesar de grande parte da produção ser destinada a atender as demandas alimentares das próprias famílias acampadas, esta ainda não é suficiente - nem em volume, nem em diversida-

de - para atender todas as necessidades.

Todos os acampados recebem, pelo menos em teoria, uma cesta básica mensal, proveniente do governo federal, que contém principalmente alimentos não perecíveis: arroz, feijão, fubá, leite em pó, óleo, entre outros. Porém quando as entrevistas desta pesquisa foram executadas, já completavam três meses que as cestas não eram entregues.

Apesar da produção própria e da cesta básica, os acampados ainda adquirem no mercado alguns produtos alimentícios para completar as suas necessidades alimentares, principalmente, quando as cestas básicas atrasam por longos períodos. Também os produtos de higiene e limpeza consumidos pelas famílias precisam ser comprados regularmente no mercado.

4.4 - Fontes de Renda dos Acampados

Foram identificadas quatro fontes de renda que auxiliam os acampados a garantir a sua reprodução social. As fontes citadas foram: aposentadoria, ajuda de amigos e parentes, bolsa-família e trabalhos externos.

Foi possível constatar que todas as famílias entrevistadas possuem fontes de renda externas que as auxiliam em sua reprodução social, e que uma parcela considerável das famílias entrevistadas, 60%, possui pelo menos duas fontes de renda afora da proveniente de sua exploração agrícola.

A execução de serviços rurais em outras propriedades agrícolas, externas ao acampamento, é uma estratégia de sobrevivência bastante utilizada pelos acampados e se constitui a fonte de renda externa mais citada, sendo praticada por 73,3% das famílias entrevistadas. Esse serviço é prestado de forma esporádica, em função das necessidades financeiras do acampado; a atividade é paga por diárias e o valor recebido é de R\$15,00/dia⁹.

Outra fonte de renda importante para a garantia da reprodução social dos acampados são os repasses do governo federal, realizados por meio do pagamento de aposentadorias e do programa bolsa-família, sendo que 60% dos entrevistados são beneficiados por uma dessas fontes. Diversos dos demais entrevistados afirma-

⁹Valor de diária referente a julho de 2006.

ram que já tentaram se tornar beneficiários do programa, mas por motivos burocráticos não conseguiram.

Algumas famílias dependem de ajuda dos amigos ou parentes para continuarem no acampamento, esse grupo perfaz 20% dos entrevistados.

Apesar das rendas provenientes tanto da atividade agrícola quanto de fontes externas serem consideradas baixas em termos absolutos, esta é suficiente para a manutenção dos acampados no campo, pois como foi dito em muitas das entrevistas, o custo de vida no meio rural é muito mais baixo se comparado com o da cidade, visto que, em geral não existem despesas com aluguel, água e luz.

5 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao se analisar as informações levantadas durante esta pesquisa, dependendo do pesquisador, é possível chegar a conclusões diametralmente opostas. Caso as informações sejam analisadas a partir de uma perspectiva econômica e com suas respectivas metodologias, pode-se afirmar a inviabilidade do acampamento José Lutzenberger, sendo isso justificado pela sua baixa geração de renda e/ou por sua dependência de fontes externas para manutenção. Caso seja realizada uma abordagem mais holística e contextualizadora, pode ser afirmado que o acampamento José Lutzenberger é um caso de sucesso em suas mais diversas dimensões, podendo inclusive servir de exemplo para outras experiências similares. Sunkel e Paz (1970) explicam essas diferenças interpretativas ao afirmarem que cada percepção de desenvolvimento é fundamentada em uma ideologia que possui o seu respectivo arcabouço metodológico.

Aqui decidimos por realizar uma abordagem mais holística e contextualizadora dos fatos.

Percebe-se que no caso do acampamento José Lutzenberger a incorporação das diretrizes propostas no IV Congresso do MST e das discussões provenientes da Agroecologia, permitem a construção de novas práticas e experiências no campo, que por sua vez, contribuem com subsídios para reposicionar, em um novo patamar, as discussões sobre a relação do ser humano com a terra; para além de uma visão

centrada exclusivamente no mercado.

A organização e a persistência dessas famílias têm permitido às mesmas uma melhora significativa de suas vidas no que tange à alimentação, à saúde, o acesso ao trabalho, à educação, à luz elétrica e água, tudo isso apesar da precariedade das moradias e de acesso. Esta constatação não é exclusividade desta experiência; Moreira (2007) chega à conclusão semelhante ao estudar o acampamento Emiliano Zapata em Ponta Grossa (PR), que segue um modelo organizacional parecido com o do José Lutzenberger.

Como ponto central das conclusões alcançadas por esta pesquisa, afirma-se que: ao se buscar a reorganização da moradia, ao se estimular a cooperação nas relações sociais e ao cultivar a terra seguindo preceitos agroecológicos, outras dimensões da vida humana começam a se sobrepor à dimensão econômica. Isso não significa que essa perda importância em termos absolutos, mas sim que as demais são (re)valorizadas. Isso pode ser facilmente percebido no discurso dos agricultores entrevistados.

Desse modo, no acampamento José Lutzenberger, os agricultores não percebem a terra somente como um meio para a satisfação de suas demandas econômicas, a terra é percebida como o local onde eles vivem com suas famílias. Sendo assim, o que condiciona a satisfação pessoal desses agricultores é a somatória de fatores objetivos e subjetivos das diversas dimensões da vida humana, fatores estes que recebem diferentes pesos no decorrer de suas vidas.

Fatores subjetivos foram apontados pelos acampados para explicar a sua satisfação e disposição em enfrentar as adversidades e continuar no campo; pode-se citar a valorização da paisagem, que para muitos antes era composta por muros, lixo e esgoto, atualmente, é composta pelo "cartão postal" da Serra do Mar com o seu magnífico remanescente de Mata Atlântica; ou então as relações sociais, que antes eram praticamente inexistentes, seja por receio da violência ou pela falta de tempo na cidade, hoje é intensa e baseada em relações cooperativas; ou ainda outros fatores como: a melhoria na qualidade da alimentação, o menor estresse, a vida mais saudável, o acesso ao trabalho e ao lazer.

Fatores objetivos também foram citados pelos agricultores, tais como a não necessidade de pagar aluguel, luz, água e boa parte dos

alimentos consumidos.

Os acampados estudados resgatam as características de produzir e de viver em sociedade, da agricultura camponesa (WANDERLEY, 2001). Buscam na luta pela terra reconstruir suas vidas, não com um objetivo meramente econômico de produzir mercadorias para a sociedade capitalista, ou somente para o autoconsumo, mas produzir a existência digna a partir de uma organização da produção e de outras dimensões da vida.

Apesar de neste “novo” modo de organização social¹⁰ a dimensão econômica não ser a principal para os agricultores, acredita-se que valha a pena aprofundar a discussão sobre este assunto; dois são os motivos: apesar de perder relevância em termos relativos para reprodução social dos agricultores estudados, ela continua a ser importante em termos absolutos; e também é possível constatar que um novo padrão de relações econômicas, mais notadamente mercantis, vem sendo estabelecido devido à adoção de práticas agroecológicas no processo produtivo do acampamento José Lutzenberger.

Ao seguirem técnicas e preceitos propostos pela Agroecologia, os acampados adquirem uma maior independência financeira para conduzir as suas lavouras, pois eles não precisam adquirir junto ao mercado os insumos para a produção (sementes, adubos e agrotóxicos), utilizam-se dos insumos autóctones.

Essa maior independência em relação ao mercado, também se repete na comercialização de sua produção, pois, como foi dito, a prioridade dos acampados não é vender a sua produção ao mercado, mas sim, garantir a segurança alimentar de suas famílias. Isso não impede que eles considerem importante abastecer o mercado, somente estabelece-se uma inversão na lógica dominante.

Ao seguirem esta lógica, aumenta-se muito a diversidade de alimentos produzidos dentro da unidade de produção. Perde-se em escala e ganha-se em diversidade. Esse fato impõe às famílias novas formas de se relacionar com o mercado, pois os atravessadores, CEASA ou grandes supermercados, querem escala. Essas novas

formas se concretizam por meio de feiras, eventos, vendas institucionais, comércio solidário e formação de redes. Os produtos não são mais vendidos somente a granel, passam a ser industrializados e beneficiados, diminui-se a perecibilidade e agrega-se valor.

Como cita Altieri (2004), todos estes procedimentos propiciam ao agricultor uma maior resiliência, isto é, uma maior capacidade de suportar impactos externos, ele não sofre tanto com as intempéries climáticas (granizo, seca, geada, entre outras) nem com as oscilações econômicas (queda do preço internacional das commodities, queda do dólar, aumento dos custos de produção, instabilidade dos juros, quebra de um grande comprador, entre outras). Sendo assim, mesmo se ninguém quiser apoiar ou comprar os produtos desses agricultores, eles - ainda que de forma precária - terão como garantir a sua reprodução social.

Ao seguirem preceitos da Agroecologia, os acampados estudados resgatam a lógica econômica da agricultura camponesa descrita por Chayanov (1981) lógica essa que permitiu aos agricultores familiares chegarem até os dias atuais com uma forma de reprodução social possível, apesar de todas as adversidades (WANDERLEY, 1998). Segundo Chayanov (1981), na agricultura camponesa, mais importante que o lucro é o “balanço entre o trabalho e o consumo”, isto é, entre o esforço exigido para a realização do trabalho e o grau de satisfação das necessidades da família.

Porém, para que essas conclusões sejam fidedignas, é importante salientar, que nem tudo é um “mar de rosas” no acampamento José Lutzenberger. A pobreza não foi eliminada, somente mitigada. Os processos produtivos ainda estão muito aquém do seu potencial; fato que é facilmente verificado pela baixa produção das lavouras. Os agricultores ainda possuem um alto grau de dependência de fontes externas de renda, sem as quais eles não conseguiriam garantir a sua reprodução social.

Mas, numa abordagem mais detalhada, observa-se que o problema dessa baixa produção, não se deve somente ao sistema produtivo adotado. Diversos outros fatores impelem a essa realidade, principalmente, o medo de serem expulsos da terra e a falta de apoio financeiro. Esses dois fatores têm uma base comum: a não garantia de posse da terra. Os acampados têm o receio de perder o que investiram na terra, pois sua posse ainda não está garantida, do dia para

¹⁰A palavra “novo” aqui aparece entre parênteses, pois na verdade o modo de organização social do acampamento José Lutzenberger não surge nos dias atuais e sim proveniente de um resgate do modo de organização social da agricultura camponesa, que já demonstrou a sua eficiência histórica (WANDERLEY, 2001).

a noite eles podem ser expulsos da área, isso já ocorreu antes e ainda encontra-se marcado em suas memórias, convivem com a incerteza de plantar e não poderem colher. Outro problema gerado pelo não reconhecimento do direito de posse da terra é o fato de que os acampados não têm acesso a nenhuma linha de crédito ou programa governamental de auxílio aos pequenos produtores, nem para o plantio, nem para o custeio, nem para a comercialização. Muitos chegaram ao acampamento sem nenhum bem e por isso enfrentam grandes restrições para melhorar a sua produção.

Mas deve-se ter o cuidado de não incorrer no erro de analisar um acampamento, como o José Lutzenberger, somente por uma ótica economicista e concluir que ele é insustentável economicamente. Ao se privilegiar uma abordagem multidimensional e contextualizadora, este artigo chega a uma conclusão diferente. O acampamento José Lutzenberger demonstra um ele-

vado grau de sustentabilidade, seja na dimensão ambiental, social, econômica, ética ou cultural.

Por fim, este trabalho infere que o acampamento José Lutzenberger pode servir como fonte inspiradora para novos projetos que visem melhorar a condição de vida no meio rural. Ao estudar esse caso conclui-se que as propostas sobre “organização dos assentamentos” debatidos no IV Congresso Nacional do MST e que as práticas agrícolas de base ecológica estimuladas pela Agroecologia têm o potencial de resgatar e aprimorar (utilizando-se dos conhecimentos atuais) a lógica econômica e social da agricultura camponesa, que já demonstrou a sua sustentabilidade histórica, fato que pode propiciar aos acampamentos a resiliência necessária para o enfrentamento do período de luta pela posse da terra e, conseqüentemente, uma sustentabilidade multidimensional que pode e deve ser continuada quando esses se transformarem em assentamentos rurais.

LITERATURA CITADA

ALTIERI, M. **Agroecologia: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável**. 4. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004. 110 p. (Síntese universitária).

BORSATTO, R. S. **Agroecologia como um caminho para o estabelecimento de novas relações mercantis: estudo de caso do acampamento José Lutzenberger**. Curitiba, 2007. 48 p. Monografia (Especialização em Educação do Campo e Agricultura Familiar Camponesa) - Universidade Federal do Paraná.

CHAYANOV, A. V. Sobre a teoria dos sistemas econômicos não capitalistas. In: SILVA J. G.; STOLCKE V. (Orgs.). **A questão agrária**. São Paulo: Brasiliense, 1981. p.133-163.

MOREIRA, S. S. **Reconstruir a utopia camponesa: a comunidade Emiliano Zapata e sua re-significação do campo**. Curitiba, 2007. 70 p. Monografia (Especialização em Educação do Campo e Agricultura Familiar Camponesa) - Universidade Federal do Paraná.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA - MST. **Reforma agrária: por um Brasil sem latifúndio**: São Paulo, 2000.

RIBEIRO, D. **O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil**. São Paulo: Companhia da Letras, 2006. 435 p.

SUNKEL, O.; PAZ, P. **El subdesarrollo latinoamericano y la teoría del desarrollo**. Santiago: Siglo Veintiuno Editores, 1970.

WANDERLEY M. N. B. Em busca da modernidade social: uma homenagem a Alexander V. Chayanov. In: FERREIRA, A. D. D. F.; BRANDENBURG, A. (Orgs.). **Para pensar: outra agricultura**. Curitiba: Editora da UFPR, 1998. p. 29-49. (Pesquisa, n. 40).

_____. Raízes históricas do campesinato brasileiro. In: TEDESCO, J. C. (Org.). **Agricultura familiar: realidades e**

perspectivas. 3. ed. Passo Fundo: EDIUPF, 2001. p. 21-55.

**AGROECOLOGIA E VALORIZAÇÃO DE NOVAS DIMENSÕES
NO PROCESSO DE REFORMA AGRÁRIA:
estudo de caso do acampamento José Lutzenberger**

RESUMO: Este artigo discute como os debates sobre organização dos assentamentos e sobre Agroecologia, que vêm ocorrendo dentro do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), influenciam na prática a vida de agricultores acampados ou assentados. Para tanto é estudado o caso do Acampamento José Lutzenberger situado em Antonina (PR). Para o alcance dos objetivos propostos, utilizaram-se técnicas de pesquisa qualitativa, como histórias de vida, relatos orais, observação participante e entrevistas semi-estruturadas. Verificou-se que ao se (re)valorizar outras dimensões da vida humana, além da econômica, conformaram-se novas relações sociais e do ser humano com a terra. Concluiu-se que a adoção de novas práticas derivadas desses debates pode contribuir para a melhoria efetiva da vida desses agricultores e para o alcance de sua sustentabilidade.

Palavras-chave: agricultura camponesa, MST, acampamentos rurais, organização de assentamentos.

**AGROECOLOGY AND VALUATION OF NEW DIMENSIONS
IN THE LAND REFORM PROCESS:
the José Lutzenberger Camping Case Study**

ABSTRACT: This article discusses the extent to which the results of the debates on settlement organization and agroecology, occurring within Brazil's Landless Movement (MST), are reflected in the lives of settled and camped farmers. To that end, a case study was conducted on the José Lutzenberger camping, located in the region of Antonina, state of Parana. To achieve its proposed aims, the study used qualitative research techniques such as: life histories, oral accounts, participatory observation and semi-structured interviews. It was possible to verify that when dimensions of human life other than the economic were (re)valuated, new social relations emerged. This article concludes that the adoption of new practices derived from such debates can contribute to a real enhancement of farmers' life conditions and sustainability.

Key-words: peasant agriculture, MST, rural camping, settlement organization, land reform.

Recebido em 06/06/2007. Liberado para publicação em 24/07/2007.

Informações Econômicas, SP, v.37, n.8, ago. 2007.